

Relatório Anual 2015

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho



Diretoria Executiva de TI e Operações
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa
Gaúcho
Itaqui – RS

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2016



Luciano Gomes dos Santos
Contador - CRC- RS 059.628/O-2
CNAI 3087

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 769.483 mil, aumento de 19,25% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015 R\$ 511.246 mil, com evolução de 23,77% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 393.294 mil, representando 75,82% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 112.275 mil, compondo 21,65% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 13.124 mil ou 2,53% do total (NE 07c).

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 527.738 mil em dezembro de 2015, com incremento de 16,45% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 232.550 mil, com crescimento de 14,89% em relação a dezembro de 2014. Os depósitos à vista tiveram uma variação de 1,87% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 64.167 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 229.752 mil, tendo um aumento de 23,01% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

4. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

III - Risco de Liquidez

A noção de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do BACEN, o Banco Cooperativo Sicredi possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Banco Cooperativo Sicredi está centralizado sob a responsabilidade da Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Risco. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas:

- Projeções de Liquidez (fluxo de caixa);
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;
- Plano de Contingência de Liquidez.

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do sítio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho
CNPJ/MF nº 87.733.077/0001-59

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	659.205	541.905	CIRCULANTE	325.280	265.381
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	6.148	5.871	DEPÓSITOS (NOTA 11)	94.254	87.408
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	-	17.979	Depósitos à Vista	64.167	62.991
Carteira Própria	-	17.979	Depósitos a Prazo	30.087	24.417
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	230.343	187.041	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	190.913	143.521
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	22	24	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	6	2
Correspondentes no país	309	481	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	190.907	143.519
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	230.012	186.536	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.269	997
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	408.602	320.979	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.269	997
Operações de Crédito	434.770	344.414	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	15.225	13.735
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(26.168)	(23.435)	Empréstimos País - Outras Instituições	15.225	13.735
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 08)	13.291	9.742	OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.619	19.720
Créditos por Avais e Fianças Honradas	47		Cobrança e Arrecadação de Tributos	77	55
Rendimentos a Receber	2.114	1.585	Sociais e Estatutárias	5.619	4.857
Créditos Específicos	326	288	Fiscais e Previdenciárias	1.376	1.339
Diversos	11.492	8.403	Diversas (NOTA 14)	16.547	13.469
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(688)	(534)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	821	293			
Outros Valores e Bens	789	287			
(Provisão para desvalorização)	(8)	(8)			
Despesas Antecipadas	40	14			
NÃO CIRCULANTE	110.278	103.364	NÃO CIRCULANTE	214.451	193.111
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	68.472	63.145	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	214.451	193.111
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 04)	624	-	DEPÓSITOS (NOTA 11)	202.463	177.991
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	624	-	Depósitos a Prazo	202.463	177.991
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	67.847	63.144	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	11.988	15.120
Operações de Crédito	76.476	68.661	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	11.988	15.120
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(8.629)	(5.517)			
OUTROS CRÉDITOS	1	1			
Diversos (NOTA 08)	1	1			
PERMANENTE	41.806	40.219	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	229.752	186.777
INVESTIMENTOS (NOTA 10a)	32.660	32.660	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	126.828	105.717
Outros Investimentos	32.660	32.660	De Domiciliados no País	126.837	105.739
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10b)	5.182	4.769	(Capital a Realizar)	(9)	(22)
Imóveis de Uso	1.381	1.532	RESERVAS DE SOBRAS	85.897	67.386
Outras Imobilizações de Uso	9.280	7.883	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	17.027	13.674
(Depreciação acumulada)	(5.479)	(4.646)			
INTANGÍVEL (NOTA 10b)	3.964	2.790			
Outros Ativos Intangíveis	6.590	4.823			
(Amortização acumulada)	(2.626)	(2.033)			
TOTAL DO ATIVO	769.483	645.269	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	769.483	645.269

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho
CNPJ/MF nº 87.733.077/0001-59

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015			01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	53.949	-	53.949	99.635	-	99.635	74.409	-	74.409
Operações de Crédito	52.931	-	52.931	97.265	-	97.265	72.652	-	72.652
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.018	-	1.018	2.369	-	2.369	1.757	-	1.757
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	1	-	1	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(34.794)	(582)	(35.376)	(57.260)	(845)	(58.105)	(39.970)	(476)	(40.446)
Operações de Captação no Mercado	(15.432)	(16)	(15.448)	(27.361)	(26)	(27.387)	(20.539)	(11)	(20.550)
Operações de Empréstimos e Repasses	(7.314)	(566)	(7.880)	(12.807)	(819)	(13.626)	(8.315)	(465)	(8.780)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(12.048)	-	(12.048)	(17.092)	-	(17.092)	(11.116)	-	(11.116)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.155	(582)	18.573	42.375	(845)	41.530	34.439	(476)	33.963
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(701)	5.325	4.624	(4.024)	7.485	3.461	(6.603)	5.266	(1.337)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.361	3.592	5.953	4.193	6.605	10.798	3.356	5.354	8.710
Rendas de Tarifas Bancárias	1.630	-	1.630	3.550	-	3.550	3.442	1	3.443
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(11.122)	(849)	(11.972)	(21.245)	(1.303)	(22.548)	(17.313)	(965)	(18.278)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(7.445)	(857)	(8.302)	(14.370)	(1.464)	(15.834)	(11.714)	(1.540)	(13.254)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(32)	(170)	(202)	(53)	(311)	(364)	(31)	(251)	(282)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 18)	19.670	3.922	23.592	34.263	4.431	38.694	25.784	3.022	28.806
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	(5.763)	(313)	(6.076)	(10.362)	(473)	(10.835)	(10.127)	(355)	(10.482)
RESULTADO OPERACIONAL	18.454	4.743	23.197	38.351	6.640	44.991	27.836	4.790	32.626
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(116)	(1)	(117)	49	(1)	48	30	(22)	8
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	18.338	4.742	23.080	38.400	6.639	45.039	27.866	4.768	32.634
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	(120)	(120)
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	-	-	-	-	(64)	(64)
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	-	-	-	(56)	(56)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	18.338	4.742	23.080	38.400	6.639	45.039	27.866	4.648	32.514
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	6.639	(6.639)	-	4.648	(4.648)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	18.338	4.742	23.080	45.039	-	45.039	32.514	-	32.514
DESTINAÇÕES	-	-	-	(28.012)	-	(28.012)	(18.840)	-	(18.840)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(9.166)	-	(9.166)	(3.940)	-	(3.940)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.702)	-	(1.702)	(1.368)	-	(1.368)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(15.324)	-	(15.324)	(12.307)	-	(12.307)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.820)	-	(1.820)	(1.225)	-	(1.225)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	17.027	-	17.027	13.674	-	13.674

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho
CNPJ/MF nº 87.733.077/0001-59

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2014	91.275	53.854	7.479	152.608
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	7.430	-	(7.430)	-
Outras destinações	-	-	(49)	(49)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	6.116	-	-	6.116
Baixas de capital	(2.431)	-	-	(2.431)
Resultado do período	-	-	32.514	32.514
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.368)	(1.368)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.307	(12.307)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.327	-	(3.940)	(613)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.225	(1.225)	-
Outros eventos	-	-	-	-
Saldos no fim do período em 31/12/2014	105.717	67.386	13.674	186.777
Mutações do Período	14.442	13.532	6.195	34.169
Saldos no início do período em 01/01/2015	105.717	67.386	13.674	186.777
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	12.254	-	(12.254)	-
Destinações para reservas	-	1.367	(1.367)	-
Outras destinações	-	-	(53)	(53)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.973	-	-	3.973
Baixas de capital	(3.793)	-	-	(3.793)
Resultado do período	-	-	45.039	45.039
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.702)	(1.702)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.324	(15.324)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.677	-	(9.166)	(489)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.820	(1.820)	-
Outros eventos	-	-	-	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	126.828	85.897	17.027	229.752
Mutações do Período	21.111	18.511	3.353	42.975
Saldos no início do período em 01/07/2015	118.888	68.753	21.959	209.600
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.132	-	-	2.132
Baixas de capital	(2.869)	-	-	(2.869)
Resultado do período	-	-	23.080	23.080
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.702)	(1.702)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.324	(15.324)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.677	-	(9.166)	(489)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.820	(1.820)	-
Outros eventos	-	-	-	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	126.828	85.897	17.027	229.752
Mutações do Período	7.940	17.144	(4.932)	20.152

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho
CNPJ/MF nº 87.733.077/0001-59

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO	25.652	50.871	35.976
Resultado do exercício	23.080	45.039	32.514
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.572	5.832	3.462
(Reversão) Provisão para operações de crédito	4.021	5.845	3.606
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	107	154	36
Depreciação do imobilizado de uso	461	912	776
Amortização do intangível	354	593	552
Baixas do ativo permanente	3	112	98
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	427	533	97
Destinações ao FATES	(1.702)	(1.702)	(1.368)
Dividendos SicrediPar	(1.099)	(615)	(335)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(53.076)	(20.907)	(20.870)
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	3.840	2	47
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	147	172	156
(Aumento) Redução em operações de crédito	(60.672)	(98.172)	(85.649)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	16.480	44.260	34.692
(Aumento) Redução em outros créditos	(1.743)	(3.088)	(2.037)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(339)	(529)	100
Aumento (Redução) em depósitos	(17.276)	31.318	24.432
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	791	273	56
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	642	1.490	3.527
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.050)	(1.673)	(840)
(Redução) Aumento em outras obrigações	6.104	5.040	4.646
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(27.424)	29.964	15.106
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(624)	(624)	-
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	19.329	17.978	(6.726)
Aquisição de Investimentos	-	-	(2.753)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.006)	(1.436)	(1.320)
Aplicações no Intangível	(812)	(1.767)	(1.109)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	16.887	14.151	(11.908)
Integralização de capital	2.132	3.973	6.116
Baixa de capital	(2.869)	(3.793)	(2.431)
Juros ao capital próprio	(489)	(489)	(613)
Distribuição de Sobras	-	(53)	(49)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.226)	(362)	3.023
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(11.763)	43.753	6.221
Caixa e equivalente de caixa no início do período	247.923	192.407	186.186
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	236.160	236.160	192.407

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 22/04/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
 - ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
 - iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.
- A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

Foram reapresentados para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2014 e 2015 os valores demonstrados no quadro abaixo:

	Reapresentado	Original
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	3.022	3.843
Provisão para Imposto de Renda	- 64	570
Provisão para Contribuição Social	- 56	371

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 26 de janeiro de 2016. (Conforme a data da carta de autorização).

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

l) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

q) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

r) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	6.148	5.871
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	230.012	186.536
Total	236.160	192.407

valores em milhares de Reais

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	624	624	-
Total das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	624	624	-

valores em milhares de Reais

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	-	-	-	17.979
Total	-	-	-	17.979

valores em milhares de Reais

(i) O Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Absolute IV foi considerado como parte relacionada por possuir percentual relevante dos valores aplicados em relação ao total da carteira, uma vez que a cooperativa, sob qualquer forma, assume ou retém substancialmente riscos e benefícios deste.

Fundo de Investimento	31/12/2015	Total da carteira	% em relação ao total	31/12/2014
FI Renda Fixa Crédito Privado Absolute IV	-	-	0,00%	17.979
Total	-	-	0,00%	17.979

valores em milhares de Reais

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	174.307	38.719	213.026	166.190
Financiamentos	11.148	14.348	25.496	23.194
Financiamentos rurais e agroindustriais	249.315	23.409	272.724	223.691
Carteira total	434.770	76.476	511.246	413.075

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2015				Total da Carteira	31/12/2014
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	7.068	34.163	61.018	27.111	129.360	118.007
Rural	592	45.462	203.261	23.409	272.724	223.691
Industrial	27	696	4.814	447	5.984	4.498
Comércio	713	15.926	18.642	11.077	46.358	35.743
Outros Serviços	623	14.467	27.298	14.432	56.820	31.136
Total	9.023	110.714	315.033	76.476	511.246	413.075

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Nível A	0,50	96.297	48.194	481	241
Nível B	1,00	225.793	55.648	2.258	556
Nível C	3,00	71.204	216.058	2.136	6.482
Nível D	10,00	95.484	76.422	9.548	7.642
Nível E	30,00	7.835	8.314	2.351	2.494
Nível F	50,00	5.560	3.370	2.780	1.685
Nível G	70,00	3.396	1.339	2.377	937
Nível H	100,00	13.124	9.035	13.124	9.035
Total (i)		518.693	418.380	35.055	29.072

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho a qual registrou um redução de provisão para operações de crédito de -17,07% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	47	-	47	-
Títulos e créditos a receber	7.399	1	7.400	5.305
Total	7.446	1	7.447	5.305

valores em milhares de Reais

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	114	-	114	92
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.840	-	1.840	1.997
Devedores por depósitos em garantia	51	-	51	30
Impostos e contribuições a compensar	471	-	471	251
Títulos e créditos a receber	7.399	1	7.400	5.305
Devedores diversos - País (ii)	1.617	-	1.617	729
Total	11.492	1	11.493	8.404

valores em milhares de Reais

(i) O saldo da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta refere-se a projetos em andamento.

(ii) A conta Devedores Diversos, está assim composta:

Devedores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Valores honrados	231	150
Outros devedores	770	28
Cotas de consórcio	103	83
Sobras orçamentárias a receber Central	174	50
Cartão múltiplo a receber - Cooperativas	268	290
Outros	71	128
Total	1.617	729

valores em milhares de Reais

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2015	31/12/2014
Imóveis	531	29
Bens em regime especial	258	258
Subtotal Bens não de uso próprio	789	287
Despesas antecipadas	40	14
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(8)	(8)
Total Outros Valores e Bens	821	293

valores em milhares de Reais

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 8 mil de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – PERMANENTE**a) Investimentos**

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015	31/12/2014
Cooperativa Central Sicredi (i)	18.386	18.386
Sicredi Participações S.A. (i)	14.272	14.272
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores (i)	2	2
Total	32.660	32.660

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Número de ações/quotas possuídas	4.632.617 ON	4.632.617 ON	2	2	18.385.821	18.385.821
	9.639.775 PN	9.639.775 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,77%	1,87%	1,45%	1,47%	5,37%	5,43%
Capital social	804.351	764.040	138	136	342.223	338.577
Patrimônio líquido	874.462	798.719	193.717	190.039	352.655	349.026
Lucro líquido do exercício	62.184	38.011	-	-	-	-
Valor do investimento	14.272	14.272	2	2	18.386	18.386

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso e intangível

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015		31/12/2014	
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em curso	-	604	-	604	330
Terrenos	-	27	-	27	27
Edificações	4%	1.354	(284)	1.070	1.229
Instalações	10%	2.894	(1.752)	1.142	782
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.381	(1.128)	1.253	1.171
Sistema de comunicação	10%	262	(175)	87	102
Sistema de processamento de dados	20%	2.527	(1.745)	782	862
Sistema de segurança	10%	261	(182)	79	67
Sistema de transporte	20%	351	(213)	138	199
Imobilizado de Uso (i)	-	10.661	(5.479)	5.182	4.769
Intangível (ii)		6.590	(2.626)	3.964	2.790
Investimentos Confederação		6.590	(2.626)	3.964	2.790
Total		17.251	(8.105)	9.146	7.559

valores em milhares de Reais

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(ii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015			Total	31/12/2014
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Depósitos à vista	64.167	-	-	64.167	62.991
Depósitos a prazo	13.509	16.578	202.463	232.550	202.408
Total	77.676	16.578	202.463	296.717	265.399

valores em milhares de Reais

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Recursos do Crédito Rural	190.907	11.988	202.895	158.639
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	190.907	11.988	202.895	158.639
Total	190.907	11.988	202.895	158.639

valores em milhares de Reais

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de 1,5% a.a. até 8,75% a.a. com vencimento de 05/01/2016 até 30/04/2019.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos no país - outras instituições	15.225	-	15.225	13.735
Cooperativa Central Sicredi	15.225	-	15.225	13.735
Total	15.225	-	15.225	13.735

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041571% a.m. com vencimento em 14/12/2016.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cheques administrativos	283	-	283	1.048
Obrigações por convênios oficiais	11	-	11	13
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	4	-	4	2
Provisão para pagamentos a efetuar	5.421	-	5.421	4.216
Provisão para passivos contingentes (i)	2.511	-	2.511	1.957
Credores diversos - país (ii)	8.317	-	8.317	6.233
Total	16.547	-	16.547	13.469

valores em milhares de Reais

(i) A conta 'Provisão para passivos contingentes' recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 1.741 mil.

As provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(ii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Parcelado Lojista	2.626	2.066
Agenda cartão Visa a pagar	2.629	2.049
Parcelado Lojista a Vencer - Mastercard	619	-
Agenda Cartão Mastercard a Pagar	718	-
Compras cartão múltiplo - Cooperativas	268	369
Contas a pagar - demais fornecedores	407	228
Valores custodiados vinculados a operação de crédito	337	278
Obrigação nacional Redecard - cartão Sicredi	111	475
Contas a pagar - empresas do grupo	158	280
Outros	444	488
Total	8.317	6.233

valores em milhares de Reais

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2015
Trabalhista	210	552	(16)	746
Cível	27	24	(27)	24
Total	237	576	(43)	770

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015	valor Provisionado Saldo em 31/12/2014
Trabalhista	Provável	746	746	210
Cível	Provável	24	24	27
Cível	Possível	188	-	-
Total		958	770	237

valores em milhares de Reais

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INCRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social (valores em milhares de Reais)	126.828	105.717
Total de associados	59.462	54.406

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7,94% em Capital, no montante de R\$ 9.166 mil.

Calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC, neste exercício o seu pagamento foi considerado dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social conforme prevê o parágrafo único, artigo 49, da Lei nº 4.506/1964 combinado com o artigo 348, II, do Decreto nº 3000 de 1999. Para tanto, a despesa financeira, passou a ser classificada como ato não cooperativo em 2014.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 45% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	-	17.979
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03e)	230.012	186.536
Diversos	2.015	2.009
Investimentos (Nota 10a)	18.386	18.386
Intangível (Nota 10b)	3.964	2.790
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	15.225	13.735
Provisões para pagamentos a efetuar (Nota 14)	345	269
Credores Diversos	150	280
Receitas		
Outros ingressos e receitas operacionais	29.781	23.114
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	1.884	1.342
Outros Dispendios e Desp. Administrativa	576	494
Outros Dispendios Despesas Operacionais	5.563	5.811

valores em milhares de Reais

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

Não estão contempladas as informações de cônjuges e empresas ligadas das referidas partes relacionadas.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total	31/12/2014
Depósitos à vista	269	0,42%	471
Pessoas físicas	269		471
Depósitos a prazo	2.120	0,91%	1.103
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	2.120		1.103
Operações de crédito	5.908	1,16%	4.341

valores em milhares de Reais

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas chave da administração	1.600	1.122

valores em milhares de Reais

NOTA 18 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 27.897 mil (R\$ 21.772 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 4.499 mil (R\$ 3.631 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 475 mil (R\$ 417 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 457 mil (R\$ 431 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 20 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2015	31/12/2014
Garantias prestadas em operações de associados	46.420	40.531
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	28.358	30.577
Moderfrota	8.064	1.625
Pronamp	1.981	-
Moderinfra	1.956	2.237
BNDES - Automático, Caminhões, Produsa, Procap-Agro	1.288	1.725
Procaminhoneiro	1.447	1.621
Outros	3.326	2.746
Coobrigações em cessões de crédito	135	162
Total	46.555	40.693

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 21 – SEGUROS CONTRATADOS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 22 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Leandro Gindri de Lima

Diretor Executivo

CPF: 895.190.780-53

Cleber Daniel da Silva Oliveira

Diretor de Operações

CPF: 753.314.720-20

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz

Contador

CRC: RS: 071614/O-8

CPF: 961.880.300-72